



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/____ - COMPRASGOV ____/____

PROCESSO Nº

ID PNCP Nº

VALIDADE: 1 (um) ano

O ESTADO DO ACRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PMAC**, inscrita no CNPJ nº 04.033.205/0001-24, situada na Rua Plácido de Castro, nº 70 – Centro, Rio Branco/Acre, neste ato representada pela Exma. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, a Senhora Marta Renata Silva de Freitas - CEL QOMEC PM, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, Matrícula nº 9110437-4, domiciliada em Rio Branco/AC, nomeada por meio do Decreto nº 8.647-P, de 11 de dezembro de 2024, publicado no D.O.E. nº 13.922-A, de 11 de dezembro de 2024, p. 1, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nos termos do artigo 40, da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, da Lei nº 11.363/2023 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/____, Processo nº _____ e a respectiva homologação pela Polícia Militar do Acre, publicada no Diário Oficial do Estado nº __, página __, do dia ____, **RESOLVE** registrar os preços de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, oferecidos pelas empresas cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º lugar no certame.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de emissão de PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS e INTERMUNICIPAIS, sob demanda, de agenciamento de viagens, compreendendo serviços de pesquisas de preços, reservas, marcação, cancelamento, remarcação, emissão e entrega de bilhetes eletrônicos de passagens aéreas (e-ticket) ou de ordens de passagens, com o respectivo “código localizador” e seguro de viagem para passagens aéreas internacionais, conforme especificações e quantitativos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM PASSAGEM ANUAL	TAXA DE AGENCIAMENTO (%)	VALOR TOTAL ANUAL
------	---------------	--	--------------------------------	-------------------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

1	Agenciamento de passagens aéreas nacionais, intermunicipais e, eventualmente, internacionais+ Seguro de viagem para passagens aéreas internacionais.	R\$ 2.000.000,00	%	R\$
---	--	------------------	---	-----

1.2. No valor do VALOR UNITÁRIO POR EMISSÃO DE BILHETE (TAXA DE AGENCIAMENTO) deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, transporte, seguro e insumos), além de descontos ou quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

1.3. A empresa deverá ofertar o preço praticado pelas concessionárias de passagens aéreas, devidamente aprovados pelas autoridades competentes, inclusive os descontos oferecidos ao público em geral pelas companhias, incluída a taxa de embarque, de acordo com a disponibilidade de vagas e com o critério de cada companhia aérea, acrescido de taxa fixa pelo agenciamento.

2. DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

2.1. O preço da Ata em epígrafe é R\$ _____.

2.2. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da Polícia Militar do Acre - PMAC.

Programa de Trabalho: 10200000 – Atividades de Apoio Administrativo

Elemento de Despesa: 33.90.33.00.00

Fonte de Recurso: 15000100, 17010200, 17530700 e 27030200.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Menor preço por valor de agenciamento, considerando exclusivamente a taxa de agenciamento por emissão de bilhete, conforme definido no Termo de Referência.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Conforme item 21 do Termo de Referência.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Fica autorizada adesão à Ata de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº __/__, nos termos do art. 334 do Decreto Estadual 11.363/2023.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

- 5.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições estabelecidas no art. 334 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 5.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 5.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
- 5.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 5.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 5.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão participante deverá efetivar a contratação solicitada, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 5.9. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 5.10. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

6. DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de (01) um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme o estabelecido no art. 319, inciso XI do Decreto Estadual nº 11.363/2023, art. 15, inciso IX do Decreto Federal nº 11.462/2023 e art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o produto objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR/DETENTOR DA ATA, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6.6. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de produto, estará caracterizado o compromisso de realização dos serviços.

7. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Durante a vigência da Ata, os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

7.3. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.5. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.7. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.8. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços.

7.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

- 7.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 7.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 7.12. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.12.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.12.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8. DO(S) DETENTOR (ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

- 8.1. Os preços ofertados pelas empresas classificadas em primeiro lugar, por item, signatárias da presente Ata de Registro de Preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
 - b) Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de objeto, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
 - d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 9.3. A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

10. DO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

- 10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

11.1. Conforme item 26 do Termo de Referência.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE EXECUÇÃO DA ARP/CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização do Contrato será efetuada por militar designado da Polícia Militar do Acre - PMAC, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

12.2. **Fiscal do Contrato:**

12.3. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

12.3.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

12.3.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

12.3.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

12.3.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

12.3.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

12.3.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

12.3.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

12.3.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

12.3.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

12.3.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

12.3.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

12.3.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

12.3.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

- 12.3.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 12.3.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 12.3.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 12.3.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 12.3.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 12.3.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 12.3.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 12.3.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 12.3.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 12.3.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 12.4. **Gestor do Contrato:**
- 12.5. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 12.5.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 12.5.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 12.5.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 12.5.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 12.5.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 12.5.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

- 12.5.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 12.5.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 12.5.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 12.5.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 12.5.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 12.5.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 12.5.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 12.5.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 12.5.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 12.5.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 12.5.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- 12.5.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 12.5.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 12.5.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 12.5.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

12.5.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

13. DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

13.1. Reajuste:

13.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.1.2. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas, aplicando-se o índice IPCA;

13.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

13.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.2. Revisão:

13.2.1. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do Contratante, porém contemplará os equipamentos a partir da data do protocolo do pedido;

13.2.2. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

13.2.3. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitem anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada;

13.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

13.2.5. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pelo Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica do Contratante;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

POLICIA MILITAR DO ACRE - PM

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

13.2.6. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, na alínea “d” do inciso II da Lei nº 14.133/2021.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, contados da data de sua assinatura.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

15.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

16. DO FORO

16.1. O FORO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça Comum Estadual.

16.2. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas também o subscrevem.

Rio Branco/AC, datado e assinado eletronicamente.

(Assinado eletronicamente)

Marta Renata da Silva Freitas Alves - **CEL QOMEC PM**

Comandante Geral da PMAC

Decreto 8.647- P/ 11/12/2024

FORNECEDOR



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000010/2026

(Representante da Empresa)
DETENTORA



Documento assinado eletronicamente por **MARTA RENATA DA SILVA FREITAS ALVES**, em 12/03/2026, às 13:50, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP0CBF80 3675B5E4 A92316AC A75FAC1B** e código CRC **3BA59A**